

As mobilidades e seus (bons) encontros: sobre trajetórias individuais, acolhimentos e diálogos

Andréa Lobo
Cláudio Furtado

O presente texto toma forma a partir de uma conversa entre dois cientistas sociais, um cabo-verdiano e uma brasileira, que se encontram em algum lugar entre Brasil e Cabo Verde e, desse encontro, passam a construir parcerias acadêmicas, agendas de pesquisa que se complementam, diálogos frutíferos e amizade. Já há alguns anos vimos trabalhando nessa profícua parceria e, estimulados pelo desafio desta coletânea, optamos por elaborar algumas reflexões a partir de nossas trajetórias pessoais e profissionais de mobilidade entre esses dois países. A retomada de nossas memórias permitirá ao/à leitor/a o acesso a trajetórias acadêmicas que nos remetem a momentos distintos (mas complementares) de aspectos socioculturais, sobretudo, de Cabo Verde.

O texto está organizado de forma a reproduzir nossas conversas em formato escrito e organizado por temas. Na primeira parte nos dedicamos à reconstrução de nossos percursos, o que nos leva a uma interessante reflexão sobre as estruturas educacionais, sobretudo de ensino superior, tanto no Brasil quanto em Cabo Verde, nos remetendo a esse importante aspecto das dinâmicas de nossos sistemas educacionais nas histórias recentes dos dois países. Os demais temas tratados aqui remontam às matrizes de duas sociedades com percursos e estruturas sociais distintas, mas com bases de conexões e diálogos que nos permitem refletir a partir do trânsito entre elas. Sendo assim, partindo das nossas trajetórias pessoais, nosso foco de atenção é o arquipélago de Cabo Verde (sociedade que é objeto prioritário de nossos interesses de pesquisa) em alguns

aspectos estruturantes que têm sido objeto de análises por parte de estudiosos dessa sociedade. O tratamento que damos aqui a alguns aspectos estruturais dessa sociedade – migrações, gênero, raça e classe social – não se pretende exaustivo. Nosso intuito é pensar como, a partir de nossa mobilidade enquanto pesquisadores, tais aspectos adentram em nossas pesquisas e experiências pessoais, mas também nas conformações do pensamento social em Cabo Verde.

Ir e voltar... repetidamente: as trajetórias

Cláudio Furtado: A minha geração é a geração da independência, aquela que teve a possibilidade de, não obstante as condicionantes socioeconômicas de suas famílias, poder concluir o ensino médio, almejando prosseguir os estudos universitários.

Com efeito, a apetência pelo ensino, como mecanismo de mobilidade social ascendente, vinha conhecendo um crescendo desde meados dos anos cinquenta do século passado, mesmo à revelia das tímidas políticas do estado colonial, incluindo o tardo-colonial (Correia e Silva, 2001; Barros, 2012).

Assim, a geração da independência via na formação universitária uma utopia passível de concretização consolidando as possibilidades de ascensão social. Esta concretização da educação superior passou a ser um dado relevante e factível tendo em conta que o estado pós-colonial em processo de construção demandava quadros técnicos qualificados, entretanto, inexistentes. Desta forma, o investimento na educação constituía um dos pilares das políticas governamentais, indo na mesma direção do que acontecia com os novos estados africanos, como bem demonstrou Tandika Mkandawire (2005).

Numa tempestade perfeita que congregou as utopias dos jovens, as políticas governamentais e as disponibilidades dos “parceiros de cooperação”, a frequência do ensino universitário no exterior se mostrava possível. Não havendo no país qualquer instituição do ensino superior, a única possibilidade era sair para um país terceiro. Ora, isso apenas era possível mediante a garantia de vagas e bolsas de estudo que, nas primeiras décadas da independência, abundava. Contudo, a competição se dava em função do curso a frequentar, a universidade e o país. Neste caso, o volume de capital do candidato e, principalmente, de sua família (capital político, econômico, social e cultural) era, se não determinante, um importante critério e fator no processo seletivo, embora os critérios formal e objetivamente definidos se assentassem nas médias das notas escolares.

A mitigação dos impactos do capital no processo de seleção passa pela performance escolar. Dito de outro modo, é necessário que o pretendente a uma bolsa de estudos no exterior consiga ter médias escolares relativamente altas que o possam tornar competitivo com aqueles que, para além das médias escolares, possuem outros atributos, aqui denominado capital.

Afirmar “mitigar” e não “resolver” as variabilidades de um processo seletivo. Isso vem a propósito da minha experiência pessoal. Tendo concluído o ensino médio e com notas que me permitiam pleitear uma bolsa de estudos e, num primeiro momento, fiz isso com sucesso. Escolhi cursar Linguística nos Estados Unidos da América, tendo sido selecionado. No entanto, eufemisticamente falando, os procedimentos burocráticos redundaram, em dois anos consecutivos, no desaparecimento do dossiê entre o Ministério da Educação e a Embaixada dos Estados Unidos. Mistérios da meia-noite, para retomar o título da música de Zé Ramalho!!!

Uma alteração com os dirigentes do Ministério da Educação possibilitou-me uma outra escolha, melhor dizendo, levou-me a ficar com o curso, vaga e bolsa, entretanto, disponíveis quando tive que colocar a instituição contra a parede. O curso de Ciências Sociais no Brasil era a alternativa que, de imediato, se me apresentava, caso não quisesse ficar mais um ano à espera de um novo processo seletivo.

Escolha feita e destino traçado. Destino de um crioulo, como diz a letra da música clássica. E assim parto e chego ao Brasil em pleno Carnaval. Nem o país nem o curso faziam parte de minhas primeiras escolhas, até porque o meu conhecimento do Brasil era pouco profundo, resumindo-se ao que aprendera no liceu nas aulas de história, geografia e literatura e ao que vira nas teledramaturgias.

Esse des/não conhecimento, gerador de ansiedade, se transforma rapidamente em medo quando fui confrontado com a leitura dos jornais populares escancarando e exponenciando a violência urbana que ganha amplitude durante o Carnaval.

O início das aulas exigiu um processo de adaptação e acomodação linguística, cultural e étnica. Numa turma, curso, departamento e faculdade de brancos, um negro e africano é visto com estranhamento, mas também se vê e enxerga os outros como estranhos.

Esse processo de acomodação foi, no entanto, relativamente rápido. Primeiro, pela empatia e acolhimento dos professores assistentes, uma vez que os docentes titulares das disciplinas eram mais distantes. Segundo, pela existência do Centro de Estudos Africanos contando com professores africanos, apenas dois, na verdade, e alguns poucos africanistas, majoritariamente na área das literaturas. Terceiro, a curiosidade por África e africanos fez com que muitos colegas de turma se aproximassem, sendo que com alguns tenha sido possível construir uma forte e duradoura amizade.

O curso de Ciências Sociais tem uma matriz curricular de banda larga, possibilitando, desde o primeiro ano, transitar entre a antropologia, a sociologia, a ciência política, a história, economia e filosofia, com maior relevo para as três primeiras áreas disciplinares. De igual modo, desde muito cedo, o aluno é incentivado a enveredar pelos caminhos da pesquisa, no âmbito de projetos de iniciação científica.

Assim, já no segundo semestre pude trabalhar em pesquisa de campo no âmbito de um projeto no domínio da antropologia política e incidindo sobre as relações raciais, mais precisamente a relação entre o eleitorado negro e os candidatos negros no âmbito das eleições brasileiras (Senado Federal e Câmara dos Deputados, Governo de São Paulo e Assembleia Legislativa de São Paulo) de 1982. Essa primeira experiência de pesquisa não apenas me permitiu fazer a articulação entre as aprendizagens teóricas com sua aplicação prática como também começou a influenciar meus focos de interesse.

De igual modo, a possibilidade que me foi proporcionada, desde o início da formação, de poder participar ativamente das atividades do Centro de Estudos Africanos veio consolidar, de forma progressiva, meus focos de interesse e que me irão acompanhar em toda a minha trajetória, marcada por um certo ecletismo temático. Temáticas relacionadas com as migrações e mobilidades, questões fundiárias, relações étnicas e raciais, demografia e questões urbanas entraram no meu foco de reflexão e de trabalho. Tendo trabalhado durante vários anos como assistente de pesquisa num projeto sobre a evolução demográfica e urbana da cidade de Luanda, os meus interesses sobre a sociologia e antropologia urbanas, a demografia histórica e, mais do que isso, os estudos africanos vão progressivamente consolidar-se (Mourão, 2006).

Andréa Lobo: Minha formação universitária tem início na segunda metade da década de 1990, período em que a universidade brasileira viria a passar por um conjunto de constrangimentos diante das políticas socioeconômicas impostas ao país e ao sistema de ensino superior por dois governos consecutivos, entre 1995 e 2002. Tal período foi marcado por uma redução das despesas e dos investimentos nas universidades públicas federais mediante a compressão dos salários e dos orçamentos, assim como pela não reposição dos quadros perdidos. Se comparamos com a universidade onde hoje leciono, era uma universidade frequentada por uma classe média e alta, de pele clara, composta majoritariamente por egressos de escolas particulares. Tal quadro viria a mudar na década seguinte com a implementação de políticas de valorização pelos dois governos subsequentes (sobretudo no período entre 2003-2014) das instituições de ensino superior e com a instauração das leis de Cotas (Lei 12.711/2012) e outras políticas complementares para ensino básico e médio. No campo das ciências sociais, já como estudante de pós-graduação, minha geração é estimulada a realizar pesquisa em contextos internacionais, movimento que viria depois se fortalecer não só em direção a contextos africanos, mas latino-americanos e não só (Braz Dias; Thomaz; Trajano Filho; Silva, 2008; Moutinho; Carrara, 2010; Trajano Filho, 2012b; Marques; Jardim, 2012; Cesarino, 2017; Lobo; Moutinho; Trajano Filho, 2017).

Para o caso de minha universidade, a Universidade de Brasília, tínhamos como docente um dos poucos especialistas brasileiros em pesquisas antropológicas em contextos africanos, o professor Wilson Trajano Filho. Na época estava a concluir uma pesquisa etnográfica de fôlego na Guiné-Bissau, com a temática principal em torno dos processos de criouliização (Trajano Filho, 1998; 2005). Em minha geração fomos duas a aderir ao projeto de Wilson Trajano, que consistia em melhor entender as sociedades crioulas da Costa Ocidental Africana: Juliana Braz Dias e eu. Ambas fomos para Cabo Verde, ela primeiro, para uma pesquisa sobre migrações e dinâmicas familiares na ilha de Santiago; no ano seguinte (final de 1999), eu segui para o arquipélago para uma pesquisa exploratória sobre os importantes episódios de secas e fomes que marcaram a história colonial do arquipélago e a conformação da identidade nacional. Éramos, portanto, a segunda geração de pesquisadoras que se voltavam para estudos em contextos internacionais, nomeadamente, em África. Cabe um destaque para nosso processo de formação, pois tínhamos o privilégio de seguir um curso sobre etnologia africana com foco na África

Ocidental que foi fundamental não só para nossas pesquisas, mas para a nossa formação enquanto pesquisadoras de sociedades africanas: o curso era simplesmente incrível!

Sou, portanto, parte de uma geração na qual, no Brasil, o campo de estudos em África cresceu significativamente. A questão da internacionalização passa a ser central para a produção acadêmica contemporânea e, no caso dos estudos africanos, esforços foram reunidos no sentido de dar peso à construção de agendas que fomentassem alianças transnacionais com estudiosos da região. Cabe acrescentar que é nessa geração que observamos também a entrada de antropólogas mulheres em um campo que, até então, era quase de exclusividade de homens. Mais um aspecto a considerar para esse período era a presença de estudantes africanos nas universidades brasileiras graças aos acordos de cooperação, sobretudo com países dos PALOP (Morais, 2012; Silva; Morais, 2012). Tal como mencionado acima por Cláudio, esse foi o contexto de sua vinda ao Brasil, o que nos permite pensar em entrecruzamentos, que é o que estamos nos propondo aqui.

É, portanto, nesse contexto que me aproximo de Cabo Verde ainda no Brasil, graças a colegas (hoje grandes amigas) que cursavam Ciências Sociais na Universidade de Brasília. Foi com elas que tive minhas primeiras lições de crioulo²², com elas tomei o voo para a Ilha do Sal em dezembro de 1999 e graças a elas tive a minha primeira experiência de trabalho de campo na capital do país e que culminaria em minha dissertação de mestrado (Lobo, 2001). A pesquisa de mestrado me proporcionou uma tal aproximação com a bibliografia, os temas, as pessoas, os cenários, bem como experiências pessoais, que me permitiram alguns anos depois começar a trilhar os caminhos que me levariam a investigar as dinâmicas familiares e de gênero. Tais temas atravessam meus interesses de pesquisa no arquipélago desde então, como uma porta de entrada de minhas reflexões sobre sujeitos distintos – migrações, mobilidades, comércio transacional, relações com o estado, movimentos sociais etc.

Mas ao reconstruir essa relação com Cabo Verde, há outros aspectos a destacar para além da minha produção acadêmica sobre os temas que acabo de mencionar. Eu penso que abordar esta outra dimensão nos permite pensar sobre

22 Minha colega Juliana também foi fundamental nesse processo, visto que ela já havia estado nas ilhas antes de mim.

um subproduto muito importante das relações que estabelecemos, enquanto cientistas sociais, em nossas interações com os grupos sociais com os quais pesquisamos, que é a “implicação”. Estou pensando aqui nas oportunidades que temos de ir para além do que se entende convencionalmente por “restituição” de nossas pesquisas, retribuição ou agradecimentos, mas em de fato se implicar nas dinâmicas político-sociais. E aí, eu gostaria de destacar dois ou três aspectos que eu considero que redundam de uma disposição a “se implicar” e que marcam meus percursos em Cabo Verde.

A experiência de contribuir com a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) desde a sua criação é o primeiro ponto a destacar. A oportunidade de estar com colegas cabo-verdianos, nessa empreitada é algo que devo agradecer publicamente, pois sinto pertencimento a esse grande projeto. Minha filiação ao Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais (LPCS) da Universidade de Cabo Verde, as parcerias com o Centro de Investigação em Gênero e Família – CIGEF/Uni-CV, as gerações de estudantes de pós-graduação com as quais pude contribuir como professora, orientadora e avaliadora na última década, são expressões de uma implicação mútua e que faz parte de um movimento mais amplo, da cooperação entre Brasil e Cabo Verde, particularmente no que concerne à cooperação universitária (Vieira, 2021).

Interligado a esse meu envolvimento continuado com a Uni-CV, menciono uma esfera de diálogo que redundam das dinâmicas de publicação no universo editorial local e em diálogo com autores/as cabo-verdianos/as. Me refiro a uma potencial leitura de minha produção por atores sociais que estão envolvidos em debates nacionais seja como agentes do estado seja como militantes de movimentos sociais, o que me dá a sensação (espero que não equivocada) de ter a oportunidade de dar uma singela contribuição a alguns temas que têm sido objeto de debates localmente, sobretudo nos debates sobre gênero e família. Fiquei muito lisonjeada em ver citações de meu trabalho em publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE), por exemplo, o que me encheu de satisfação.

Ressaltar tais aspectos faz sentido aqui para além de nossas trajetórias particulares, pois estas não se dão deslocadas de seus contextos de reprodução social e penso que vale tanto para pensar as minhas parcerias em Cabo Verde, mas em sua trajetória profissional, Cláudio, no Brasil, sobretudo em Salvador. Mas antes de voltarmos a isso eu gostaria de retomar um ponto de sua fala, que é o seu interesse pela temática das migrações cabo-verdianas, para mim isso é novidade!

Migrações e o feminino: quando elas saem e quando elas ficam

Cláudio Furtado: A questão das mobilidades e das migrações internacionais, particularmente das comunidades cabo-verdianas, começou a entrar no meu leque de preocupações através do contato pessoal com a comunidade cabo-verdiana em São Paulo, ao saber que os surtos migratórios de Cabo Verde para o Brasil remontam a meados dos anos 20 do século passado, tendo conhecido novos desdobramentos nas décadas de 50 e 60 e, depois, ganhando uma especificidade na segunda metade da década de 70, em decorrência da Revolução dos Cravos em Portugal e os processos de independência das então colônias africanas de Portugal²³.

Por acaso eu não sabia que tinha tido um movimento migratório para o Brasil, que é histórico, e que remonta aos anos 1920 e foi precisamente a ida a São Paulo que me permitiu ter esse conhecimento e, mais ainda, convivência com parte da comunidade cabo-verdiana imigrada. Uma outra coisa que me fez pensar e questionar esse fluxo migratório para o Brasil foi a seguinte: porque eram imigrações direcionadas exclusivamente para cidades-porto e do Sudeste e Sul do Brasil, e a partir dessas com alguma irradiação para outras cidades e regiões. Eram sempre para Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá para, mais tarde, conhecer-se uma outra imigração para Itajaí, Santa Catarina. Como já referenciado, a imigração para o Brasil começa, pelas informações que eu pude recolher, no final dos anos 20, essencialmente no contexto da crise de 29 que fez diminuir a imigração de cabo-verdianos para os Estados Unidos, por causa do “*crash*” da bolsa de Nova York. Então me parece que nesse momento começa uma migração para o Rio de Janeiro, Santos e outras cidades, que é, novamente, retomada depois nos anos 50 e 60.

23 A Revolução dos Cravos é denominação por que ficou conhecido o golpe militar de 25 de abril de 1974 que colocou fim ao Estado Novo Português, iniciando o processo de redemocratização da sociedade portuguesa e o arranque dos processos negociais formais que viriam a conduzir às independências de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Uma outra onda de migração viria a ocorrer a partir da segunda metade dos anos 70, constituída essencialmente por cabo-verdianos que viviam em Angola, principalente e que com o processo de descolonização, muitos não voltam para Cabo Verde e nem para Portugal, deslocando-se para o Brasil, distribuindo-se entre São Paulo e Itajaí²⁴.

De certa forma, o meu interesse pelas mobilidades transnacionais de cabo-verdianos começa enquanto estudante e residente em São Paulo quando dos contatos, entretanto, iniciados e mantidos com aquela comunidade cabo-verdiana que sobe da cidade portuária de Santos para o ABC paulista²⁵, com quem pude ter interessantes diálogos e conversas sobre suas trajetórias biográficas. São, na sua maioria, cabo-verdianos originários das ilhas do Barlavento, nomeadamente, e se tem um núcleo interessante que é o pessoal de Santo Antão, São Vicente e de São Nicolau, a mesma leva, aliás, que migra também para a Argentina, onde existem núcleos em Buenos Aires, Rosário etc.

A partir de então, comecei a interessar-me e a pesquisar esses movimentos migratórios, ainda que de forma não sistemática, tendo dado uma pausa nesse trabalho por causa da minha dissertação de mestrado²⁶.

24 De forma relativamente marginal, encontramos cabo-verdianos que nos idos dos anos sessenta do século passado se exilam no Brasil. Eram nacionalistas cabo-verdianos que se opunham à dominação colonial portuguesa de Cabo Verde. Alguns deles estudaram e fixaram residência em Salvador (Bahia). Não se pode também esquecer a presença em Natal, Rio Grande do Norte, do escritor e romancista Luís Romano, autor de *Famintos*, colaborador da Revista África, do Centro de Estudos Africanos da USP.

25 O ABC paulista constitui o agrupamento de algumas cidades que constituem a região metropolitana de São Paulo, nomeadamente Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, então cidades essencialmente operárias.

26 FURTADO, Cláudio Alves. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança*. Santiago de Cabo Verde. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Algumas décadas mais tarde, tentei voltar esse tema em Salvador, mas não pude dar continuidade, embora continue ainda a considerar que se trata de um projeto de pesquisa em suspenso e que merece ser retomado até porque se trata de um tema ainda por explorar ²⁷.

Agora, o que eu trabalhei de fato, que tem a ver com a pesquisa desenvolvida durante o mestrado, prende-se à questão migratória pela via dos investimentos dos imigrantes. Mais especificamente, a canalização das poupanças dos imigrantes cabo-verdianos na Europa e seu eventual impacto nas estruturas fundiárias nas ilhas de Cabo Verde, com particular relevo para a ilha de Santiago. Na verdade, surgiram no trabalho de campo duas questões interessantes de pesquisa, sendo que uma delas se relacionava com a ausência de um dos cônjuges, no caso, os maridos, nas relações de gênero. Isso porque as remessas dos imigrantes (em dinheiro ou em espécie) eram essencialmente enviadas pelos maridos às esposas que, entretanto, ficaram no país, fazendo com que o processo de canalização de investimentos estivesse fortemente centrado nas mulheres, o que dava às mulheres um forte protagonismo, se não nas decisões, ao menos na gestão das poupanças e dos investimentos. Havia mulheres que eram as gestoras dos recursos enviados, portanto elas geriam e decidiam como investir as poupanças enviadas pelos maridos ou por outras pessoas que com elas mantinham relações de parentesco próximas²⁸. Essa questão interessante e específica relativamente aos investimentos migrantes desemboca em outro ponto, que é como a questão migratória tensiona as relações de gênero entre os casais, na justa medida em que

27 Na verdade, um novo foco de interesse de pesquisa surgiu, o da comunidade cabo-verdiana na Guiné-Bissau, buscando ressituar as dinâmicas migratórias fora do quadro tipológico presente na historiografia que tende a marcar o início temporal desses fluxos com as migrações para os Estados Unidos em meados dos séculos XVIII/XIX. Contrariamente, parece que os fluxos e refluxos dos movimentos de cabo-verdianos são constitutivos da própria sociedade cabo-verdiana, devendo, por conseguinte, situar-se já em meados do século XV. Especificamente em relação à Guiné-Bissau, sustento haver uma mobilidade consistente do ponto de vista demográfico, histórico e temporal, com consequências estruturais nos dois países e sociedades.

28 Na verdade, embora houvesse indicações e negociações entre o casal sobre como, onde e quando canalizar as poupanças enviadas, na prática o poder decisional estava com quem tinha ficado em Cabo Verde, embora, em alguns casos, familiares dos maridos supervisionassem o comportamento das mulheres. Não se pode esquecer que nas décadas recobertas pela minha pesquisa, a comunicação entre os imigrantes e seus familiares se fazia essencialmente por via postal, o que levava semanas. Ademais, a taxa de analfabetismo era elevada, o que condicionava a regularidade dos contatos.

as mulheres progressivamente ganham maior autonomia no processo de tomada de decisões, no nível das unidades familiares, e a tensão se coloca sobretudo quando o marido volta em definitivo. Na verdade, fica a questão de onde fica centrado o poder decisório, o que potencialmente gera conflitos nas relações. De fato, durante a longa ausência do marido, todas as decisões da unidade familiar/unidade doméstica ficam(ram) com as esposas. Com a aposentadoria do marido e seu regresso ao país, o compartilhamento do poder decisional ou a retomada da centralidade do poder e da dominação masculina (Bourdieu, 2012) são colocados em xeque. Em muitos casos, emergem tensões enormes e as mediações desses conflitos ficam com os filhos, sobretudo quando são adultos, ou, não raras vezes, e literalmente, os maridos perdem o poder de decisão, menos na unidade familiar enquanto tal e mais na unidade familiar enquanto unidade de produção. Portanto, tudo o que diz respeito à gestão dos recursos domésticos, como as mulheres já vêm exercendo-a há longo tempo, normalmente continuam a assegurá-la, claro que, por vezes, com alguma tensão. Essa foi uma questão abordada marginalmente na dissertação de mestrado, tendo sido melhor refletida mais tarde, articulando essa discussão com um texto do sociólogo e antropólogo belga Christian Sigrist, que trabalhou em Cabo Verde muito tempo²⁹. O trabalho dele sobre a emigração cabo-verdiana, embora não seja vasto, debruça-se sobre alguns aspectos importantes, nomeadamente sobre o impacto na saúde mental, podendo, em alguma medida, influenciar sua capacidade decisória em Cabo Verde, algo que pode estar relacionado com a forma como se inserem nos países de migração e as pressões múltiplas a que estão sujeitos os emigrantes³⁰. Como se pode ver, ele mostra como se tem uma questão de conflitos identitários que, muitas vezes, levam a situações de impacto na saúde mental de muitos dos emigrantes, que estão essencialmente no mundo do trabalho e, em regra, não têm uma retaguarda familiar, comunitária ou institucional.

29 Cf. SIGRIST, Christian. Aux marches de l’Afrique. *Afrique Asie*, n. 286, p. 51-53, 1983.

30 A este propósito, Sigrist afirma: “*mais l’émigration et le double travail modifient cette qualification: les hommes qui, dans une enquête, apparaissent comme cultivateurs ont en grande partie été ouvriers à l’étranger. Un grand nombre de familles ont des membres absents qui travaillent à l’extérieur. Ces figures sociales doubles que sont le paysan-marin ou le paysan-maçon impliquent aussi l’appartenance de nombreux insulaires à deux, ou, même, à plusieurs sociétés. Cela signifie être doublement ou triplement soumis à des pressions sociales, avec les fissures qui en découlent dans le comportement de l’émigré, fissures qui se manifestent par des troubles mentaux reproduisant la schizophrénie socioculturelle où ils sont plongés* (Sigrist, 1983, p. 19).

Sobretudo no início, Sigrist trabalhou em uma época em que o reagrupamento familiar dos migrantes praticamente não existia e, então, os imigrantes estavam sozinhos, embora morassem muitos em grupos, alugando espaços conjuntos para ficar. De igual modo, na altura nem havia meios de comunicação fluidos, pois os contatos com os familiares que ficaram em Cabo Verde eram essencialmente feitos por cartas que demoravam muito tempo para chegar aos destinatários. Não se tinha, pois, um diálogo fluído com a retaguarda da família que ficou. E, então, num contexto estranho, violento que Sigrist sustenta que impacta de forma não negligenciável, em termos de saúde mental dos migrantes. Na verdade, muitos dos imigrantes perdem inclusive uma capacidade de eles mesmos se posicionarem, seja nos países onde estão, tendo impacto nas comunidades onde estão integrados, mas também na sua relação com as famílias que ficam. Então essa análise me levou a tentar entender alguns casos que encontrei no meu trabalho de campo, encontrando muitos quando voltam, referindo-me essencialmente à geração mais antiga de imigrantes, que têm dificuldade de se reintegrar nas famílias, normalmente se desviando na bebida, o que reforça o peso das mulheres em nível de gestão das unidades familiares. Claro, essa questão diminui quando as possibilidades de reagrupamento familiar aumentam, e também com a possibilidade de os migrantes voltarem de férias com maior regularidade; isto porque de início as férias eram raras. Agora você tem a possibilidade de férias com maior regularidade e com menor intervalo temporal, aumentando os contatos. Nesse sentido, esses problemas apontados por Sigrist e que, em alguma medida, eu pude constatar nos meus trabalhos de campo, tendem a ser menos significativos, me parece. Na altura em que eu analisei o fenômeno, isso nos finais dos anos 80, tendo depois retomado nos anos 90, ainda era uma questão que se colocava de forma importante naquela geração dos que emigraram para a Europa nos anos 60 e 70. Então, essa questão pode ainda, e em alguma medida, ser significativa, incidindo na geração que agora está com 70 ou 80 anos.

Andréa Lobo: Essa temática que entrelaça gênero, dinâmicas familiares e mobilidades define minha produção sobre Cabo Verde, mas é interessante notar que eu queria me distanciar do tema das migrações quando elaborei meu projeto de pesquisa na Ilha da Boa Vista. Veja só, logo eu perceberia que isso seria impossível! Mas adentrar nos debates sobre mobilidades pelas famílias permite alguns movimentos analíticos interessantes, e após te ouvir quero retomar essa interface entre gênero e mobilidades, que é tão central para compreender muitas

esferas da vida social cabo-verdiana. Há um texto que publiquei juntamente com Maria Anilda, que fez pesquisa em Pilão Cão (Interior da Ilha de Santiago) com as “mulheres de emigrantes”, no qual refletimos sobre como as dinâmicas migratórias conformam as trajetórias de vida tanto de mulheres que emigram quanto daquelas que ficam (Lobo; Veiga, 2021). Nosso ponto de partida no texto foi a noção de “espera”, uma categoria frequentemente acionada por nossas interlocutoras de pesquisa. Articulando com uma literatura prévia, associávamos o esperar a um universo feminino em oposição à noção de “fazer a vida”, como uma postura ativa e conectada ao mundo masculino. Porém, ao olharmos para os dados, observamos que eles nos levavam a questionar esses pares de opostos e refletir sobre as diversas e complexas dimensões da espera nas ilhas. Nos aproximando do que você salienta, a partir dos seus dados de pesquisa no mundo rural, o que observamos ao partir das dinâmicas familiares, é como as relações afetivo-conjugais entre homens e mulheres são redimensionadas em situações de migração. O contexto do interior da ilha de Santiago vem reforçar o que você observou em sua pesquisa. A emigração de homens, que se intensifica nos anos 1970 e 1980, produz mulheres que ficam e que passam a acumular funções que tanto as sobrecarregam com “trabalho duro” quanto as reposicionam em um novo lugar social, o de “*mudjer* de emigrante”. Se a emigração for bem-sucedida, a mulher que fica no país adquire um novo estatuto social, impulsionado pela mobilidade econômica e financeira facultada pelas remessas enviadas e pelos possíveis investimentos feitos com esse mesmo dinheiro. O seu trabalho mostra bem isso, como nas zonas rurais, a emigração constitui um fator importante de mobilidade social e, conseqüentemente, de diferenciação social. Eu lembro também da pesquisa de Carla Cardoso (2009; 2016), em que ela relata a situação das mulheres *fornadjeiras* da Ribeira Principal (Ilha de Santiago), as quais, no contexto da emigração dos maridos/companheiros, assumem o trabalho nas *fornadjas*, local de produção de grogue (aguardente). Já no universo urbano, a depender da situação econômica, muitas delas vão trabalhar como vendedeiras, seja nas feiras, seja em pequenos comércios montados em casa, geralmente com produtos recebidos dos parentes emigrados nos bidões; enquanto outras vão em busca de emprego no governo, nos comércios, nas empresas etc.

Por sua vez, em meu trabalho na Boa Vista, nós temos as mulheres que emigram, o que, numa primeira mirada, pode nos fazer supor que estamos diante de rupturas com relação às relações de gênero. E como argumento, não é disso que se trata, de uma oposição entre ruptura ou reprodução, mas de

dinâmicas menos lineares e muito mais complexas. Eu acho que olhar para as mobilidades a partir desses outros lugares nos permite colocar algumas questões diferenciadas. Se ampliamos nossa lente para a vida nas ilhas e para as dinâmicas familiares para além dos contextos migratórios, se é que isso é possível em Cabo Verde, tudo indica que estamos diante de um sistema de assimetrias de gênero que não só parece dar as condições para que a emigração seja um traço estruturante dessa sociedade, mas diferentemente do que poderíamos pensar, as dinâmicas migratórias não rompem com esse sistema, este sendo reproduzido por elas. Nesse sentido, mulheres que ficam e mulheres que emigram seguem tecendo a vida familiar ativamente, mas também reproduzindo um lugar do feminino, que é de espera em alguma medida.

E pensando junto com você, talvez essa nossa conversa nos leve para um desenvolvimento desse debate que questione a máxima de que estamos diante de uma sociedade com um ideal patriarcal combinado com uma centralidade do feminino no âmbito das relações domésticas e familiares. O meu e tantos outros trabalhos seguem reproduzindo essa fórmula, mas recentemente tenho me perguntado se é disso mesmo que se trata. Quando você questiona aonde fica centrado o poder decisório nesses arranjos que envolvem migrantes e aquelas que ficam e tudo o que isso implica, inclusive no que se refere à saúde mental, me estimula a seguir pensando se essa equação entre patriarcado e centralidade feminina está de fato refletindo as dinâmicas sociais que observamos em nossas pesquisas.

Os debates sobre classe e raça no pensamento social caboverdiano, ausências?

Andréa Lobo: Uma vez eu li um artigo seu que me deixou muito instigada. Tem a ver com as questões racial e de classe social nos estudos cabo-verdianos (Furtado, 2012). Você tem uma crítica muito interessante aos trabalhos sobre Cabo Verde quando se refere tanto ao processo de formação de um pensamento social cabo-verdiano quanto à produção mais recente das ciências sociais, que teriam focado nos aspectos culturais e pouco refletiram sobre questões de sociedade, da estrutura social. Quando eu li esse texto, eu fiquei pensando muito em como que isso impactava no meu trabalho, ou melhor, em que medida o seu diagnóstico enquadrava as minhas abordagens. Fazendo uma retomada dessa temática a partir de meu olhar de hoje, por exemplo,

sobre a dimensão racial, em minha perspectiva eu acho que sim, que essa dimensão vem ancorada nas discussões sobre crioulição. Como você menciona nesse seu artigo, são diversos os estudos que abordam a questão da identidade e da especificidade cabo-verdiana em relação às outras identidades e culturas, mas também suas inter-relações com os Outros, nomeadamente os negro-africanos e os euro-ocidentais. O que eu estou querendo dizer é que, quando a crioulição é abordada como parte do processo histórico de formação e estruturação desta sociedade, o imperativo da raça é um dos elementos que está permeando o debate, uma vez que as teorias sobre sociedades crioulas se assentam (e elaboram) sobre um encontro em que as relações de poder, desiguais e hierárquicas, incidem sobre a estruturação de uma conformação terceira que é radicalmente marcada por uma desigualdade racial que, inclusive, vai ter consequências nas estruturas de classe. Portanto, não é somente uma questão identitária que está posta nessas teorias, mas de formação de uma estrutura social. Se essa é a via adequada ou não, aí temos um assunto interessante a debater, questão que tem sido enfrentada, por exemplo, por José Carlos dos Anjos em diversos de seus escritos (Anjos, 2000; 2005).

E para ancorar bem esse debate crítico, no meu entender, é preciso diferenciar os debates. De um lado, temos as teorizações sobre as sociedades crioulas, das quais Cabo Verde é parte, mas que são bem mais amplas, seja geograficamente, uma vez que diz respeito e incorpora os diferentes processos que se deram nas sociedades caribenhas e naquelas da costa ocidental africana, seja teoricamente, visto que se inspiram tanto nas perspectivas da linguística quanto aquelas que versam sobre formações socioculturais de grupos ou sociedades crioulas. Outra vertente é pensar as questões pela vida da mestiçagem, o que aproxima os debates em Cabo Verde dos debates no Brasil no que concerne às ideologias de democracias raciais que caracterizariam (guardadas as diferenças) uma sociedade e outra. Diferenciar teoricamente o que cada uma dessas vertentes teóricas tem a contribuir, ou não, para os debates contemporâneos sobre raça e racismo em Cabo Verde me parece um caminho necessário para dar conta das complexidades que estruturam essa sociedade e das especificidades do caso cabo-verdiano.

Já com relação à questão do racismo, pensando retrospectivamente sobre meu trabalho, aí tenho algumas considerações a partir do presente. Olhando para os meus dados de campo, eu acho que o tema do racismo surgiu para mim de forma explícita nas vozes das mulheres que viviam na Itália e que, ao se referirem às suas experiências na Europa, como trabalhadoras domésticas,

afirmavam ter se descoberto negras por meio da violência do preconceito e do racismo sofridos por elas. Tais narrativas ocorriam em suas falas no equilíbrio delicado que permeia os discursos dos migrantes, ou seja, demonstrar, ao mesmo tempo, que a “emigração é uma ilusão” e que “para melhorar é preciso sair”. Então, essas mulheres traziam essa dimensão racial quando afirmavam que sofriam racismo na Itália.

Uma outra forma em que essa discussão aparece em meus dados etnográficos, porém não de maneira explícita, é no contexto do turismo na ilha da Boa Vista, à época incipiente, mas que já apontava para questões interessantes no que concerne aos casais interracializados (italianos com mulheres cabo-verdianas e/ou vice-versa) e tudo que isso implicava para novas dimensões das relações familiares e de gênero. Também nas relações de trabalho fortemente hierárquicas, ou seja, europeus sendo donos dos negócios na maioria dos casos, caboverdianos/as sendo empregados em segundo e terceiro escalão e africanos oriundos da costa continental na condição de imigrantes constituindo a base dessa hierarquia. Isso tudo, mais uma vez, permeando relações raciais pautadas por muitas dimensões de racismo, preconceitos e, claro, de poder.

Com o olhar do presente, percebo que durante meu campo na ilha da Boa Vista, as questões raciais estavam se conformando não só por causa das dinâmicas imigratórias de africanos da costa ocidental africana que iam trabalhar na venda de artesanato para turista e na construção civil, mas também pelo nascimento, na entrada da Vila de Sal-Rei, da área das “barracas”, área segregada na qual viviam “badius” e “mandjacos”.

E aí, a Andréa de hoje, que pensa analiticamente para os dados de outrora, observa que o meu tratamento dessas questões foi bastante marginal, ou seja, percebi, mencionei, mas não realizei uma análise a contento. Para ser sincera, como estava interessada em outras questões, não fui capaz de fazer uma análise a partir do lugar do racismo que permeava essas relações, e isso hoje aparece para mim como questão! E diante dela, algumas respostas podem ser esboçadas. Certamente tem a ver com a minha condição de pesquisadora e pessoa em diversos aspectos – racial, de formação, de gênero e de classe – que orientaram o meu olhar e conduziram as minhas análises. Para além disso, eu acho que tem a ver também com a força de uma narrativa que permeia a construção da nação em Cabo Verde, especialmente no que se refere a uma cabo-verdianidade tal como elaborada por intelectuais orgânicos do arquipélago (os Claridosos, por exemplo) que se pauta em um discurso da mestiçagem e não da separação

racial. Não que eu ache que ambos sejam excludentes, e pensar isso hoje em dia me parece muito estimulante. Mas no que concerne à percepção sobre a minha produção, me permitir olhar para tudo isso criticamente, ou seja, para mim mesma, enquanto pessoa e profissional hoje, tem sido um processo que seguramente tem a ver com debates atuais que temos enfrentado no Brasil (e em Cabo Verde), conversas por vezes difíceis, mas que nos permitem recolocar as questões raciais e suas dimensões de racismo, nessas sociedades e em nós mesmos enquanto cientistas sociais.

O que quero dizer é que eu penso que retomar esses debates se faz necessário. Queria te ouvir um pouco sobre isso, porque acho que cada vez mais a gente vem lidando com essa questão e, para o caso de Cabo Verde eu vejo que o debate sobre raça vem muito colado ao fator imigração e vinculada à chegada de imigrantes da costa africana nas últimas décadas. Mas eu considero que há muito ainda a se pensar com relação a essas dimensões estruturantes na conformação da sociedade cabo-verdiana.

Cláudio Furtado: É interessante porque em determinada altura começou a me incomodar a ausência das análises sobre classe e raça. Quando você vê os estudos sobre Cabo Verde feitos, essencialmente, por norte-americanos, essa questão aparece sempre, o que traduz a tradição norte-americana. Quando aplicados ao caso cabo-verdiano, a análise via essas duas categorias, classe e raça, demonstrava também a relevância da dimensão étnica para a explicação das relações sociais internas, particularmente as relações entre as ilhas. Mas os demais estudos produzidos por intelectuais e pesquisadores cabo-verdianos nunca ou raramente tematizam suas análises a partir dessas duas categorias. Esta constatação me inquietava e eu começava a me perguntar o motivo. Será que são essas duas categorias que não dão conta de interpretar o caso cabo-verdiano, ou havia algo mais que poderia nos ajudar a entender um pouco essa ausência? Portanto, em relação à questão de classes, a minha leitura é que quando você pensa a partir de um viés de uma dimensão de um contexto urbano, a clivagem pela classe social, em um determinado momento da história do processo de urbanização, é menos evidente. Por isso, a análise dessa categoria me parece que não foi trabalhada por muita gente. Ademais, a industrialização em Cabo Verde foi sempre tímida, sendo, por conseguinte, marginal a existência de um proletariado e de um empresariado industrial e, mesmo, comercial, importante. Mas no meio rural, a clivagem é mais forte, quando você vê a diferença entre

os proprietários fundiários, de um lado, e os rendeiros e parceiros, de outro, por exemplo. Aliás, a história dos conflitos fundiários relativamente bem trabalhada pela historiografia cabo-verdiana reforça a minha análise. Então você tem uma clivagem que é dada, são relações econômicas, políticas e de poder extremamente bem vinculadas, embora, mesmo assim, as análises não trabalhassem essa categoria ao menos de forma explícita, o que me parecia – e me parece – um pouco estranho. Mas é um padrão de análise que se torna hegemônico para quem trabalha em Cabo Verde, e é por isso que, em dado momento de minha trajetória, eu passo a estabelecer um marco de análise nos anos 30 do século passado como indutor desse tipo de ausências, porque você encontra, entre os *claridosos*³¹, uma tentativa de apagamento das diferenças. Por exemplo, quando você tem um ensaio, acho que foi do Félix Monteiro, sobre o Fogo, ele tem um texto sobre as festas das Bandeiras no Fogo, ele diz que os senhores e os escravos se divertem³². Então, de certa forma, é um tipo de análise que mostra que você está perante uma sociedade em que as clivagens de classe e de raça não se colocam, o que mistifica a realidade. Portanto se você tem, vincadamente, e o caso do Fogo é paradigmático dessa diferenciação, que existe uma dupla clivagem, classe e raça, então quando você dilui isso, há algum tipo de propósito analítico para você fazer isso, e se encerra num projeto de construção de mestiçagem, de uma sociedade mestiça, de uma sociedade crioula como constituinte e constitutivo da formação social cabo-verdiana. Você tem que diluir essa clivagem para poder sustentar um projeto de explicação e de construção de uma sociedade que faz com que essas clivagens desapareçam. Então há uma dimensão que também é forte pela via da construção de uma sociedade crioula, mestiça etc. Isso te leva a que essas abordagens analíticas não estejam presentes, se percam, e deixem de ter utilidade. A mesma coisa acontece em relação à questão racial. Com efeito, colocar *raça* como categoria de análise impede, analiticamente falando, de propor um modelo de explicação em que a raça não te leve a um beco

31 Os Claridosos ou o Movimento Claridoso é um movimento literário que emerge nos anos 1930 e tinha na revista *Claridade* seu veículo de difusão de textos literários e ensaísticos. Considera-se que o movimento Claridoso tenha marcado o início do Modernismo em Cabo Verde. Tentou demonstrar a predominância de uma cultura nacional, a cabo-verdiana, e tem entre os seus maiores representantes Baltasar Lopes, Manuel Lopes, António Aurélio Gonçalves, Teixeira de Souza e Gabriel Mariano. Para os claridosos, o movimento foi o precursor do surgimento de uma literatura cabo-verdiana autônoma.

32 MONTEIRO, Felix. Bandeira da Ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se. *Claridade*, Mindelo, n. 8, p. 9-22, 1958.

sem saída no teu projeto explicativo. Portanto se você introduz a vertente racial, você é confrontado com uma situação de clivagem, e com uma situação obrigatória de aproximação de uma realidade que você quer rejeitar. Analisar a questão da raça aproxima-te, obrigatoriamente, de um continente africano que você não quer ter como próximo, como referente. A presença do continente africano em Cabo Verde é, para os *claridosos*, um conjunto de reminiscências condenado a desaparecer com o triunfo da criouliização e da mestiçagem. E não é à toa, eu tenho um texto que escrevi no qual eu tentava localizar em que momento se proibiu normativamente que os censos populacionais trabalhassem as questões raciais. Dentre as colônias, apenas em Cabo Verde é que o censo demográfico deixou, a partir de uma dada altura, de ter como uma das variáveis a questão racial, algo que, ao menos até o final do século XIX e meados do século XX, estava presente. Mas, paradoxalmente, quando você analisa os dados censitários da Guiné-Bissau, por exemplo, aí sim se tem a questão racial presente com identificação racial e étnica tanto das populações autóctones quanto dos migrantes, inclusive os cabo-verdianos, que são categorizados pela sua raça/cor. Quando você proíbe que as estatísticas tratem disso, quer dizer que alguma coisa está por trás, e o engraçado que até hoje acho que há uma proibição em relação a isso, pois os dados censitários do pós-independência não possuem o indicador racial. O pretexto de não se trabalhar nos censos a questão da cor/raça em Cabo Verde, segundo alguns, é o de que a Constituição da República estipularia o princípio da não discriminação de raça, sexo, religião etc³³. Contudo, enquanto pesquisador, parece-me que essa ausência e o silenciamento não fazem sentido, tratando-se apenas de uma justificativa que se dá para não se trabalhar a questão racial. No fundo, a minha reflexão aponta que, por exemplo, na questão da raça, ela não aparece como uma questão analítica privilegiada porque não interessa ao projeto de sociedade que se quer construir, uma sociedade que equacionou, pela mestiçagem, a questão racial. Por isso, a necessidade de construir uma explicação que afugenta a questão racial. Já a questão de classe é um pouco mais complexa, no sentido de que no espaço urbano, onde esses produtores de conhecimento estavam inseridos, não havia, na verdade, desigualdades de classe tão evidentes e marcantes no sentido de lutas de classes, embora no meio rural sim. Mas o meio rural não era o foco da análise preferencial dos intelectuais cabo-verdianos, então por isso não aparecia a questão de classes muito trabalhada, isso,

33 Essa é uma opinião partilhada por alguns pesquisadores, não se conhecendo as razões formais, institucionais e, eventualmente, legais.

sobretudo, a partir dos anos 1930, embora no começo dos anos 20 se tenham algumas análises de classe que, entretanto, viriam a desaparecer nas décadas subsequentes. Com efeito, em alguns textos do Eugénio Tavares, trabalha-se a questão da categoria *classe*, mas é interessante porque ele esteve nos Estados Unidos em uma altura em que a questão de classes, nomeadamente as clivagens entre o operariado e o empresariado e a forte presença sindical, começou a ganhar relevância, inclusive uma leitura marxista que o Eugénio Tavares faz, mas que depois desaparece. Na verdade, ele não retoma mais tarde análises assentes na tradição marxista e ninguém mais trabalha a questão de classes de forma explícita e profunda até quando trabalhos de caráter mais acadêmico começam a emergir. Uma exceção a apontar são os estudos produzidos por Amílcar Cabral, nomeadamente *A arma da teoria: breve análise da estrutura social da Guiné e de Cabo Verde – fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação à estrutura social: Portugal é imperialista?*. A questão de classes ora aparece e ora desaparece em vários momentos e em vários autores, já a questão racial não é valorizada como categoria de análise para os intelectuais cabo-verdianos. Isso até recentemente, enquanto lá fora se tem uma infinidade de estudos que trabalham tanto a questão das classes sociais quanto a questão racial, seja em Cabo Verde, seja em comunidades cabo-verdianas na diáspora. Na verdade, existem vários estudos sobre comunidades cabo-verdianas nos Estados Unidos, por exemplo, em que a diversidade étnica e racial é tematizada.

Numa recente entrevista dada pela atriz norte-americana Viola Davis a uma emissora de televisão do Brasil no lançamento do filme *Mulher Rei*, ela se refere à experiência traumática por ela vivida com os cabo-verdianos no Estados Unidos. Ela fala sobre como os cabo-verdianos não apenas negavam, mas também como consideravam os afro-americanos diferentes deles, portanto negam a sua condição de “Afro”. A diáspora cabo-verdiana nos Estados Unidos é particularmente confrontada com a questão étnica e racial e as dissonâncias entre a auto e a heteroidentificação. Esta questão é particularmente sensível para os que se viram e se veem, do ponto de vista fenótipo, como “brancos”, e que recusam a complexidade do sistema de classificação racial, especialmente quando esta classificação remetia obrigatoriamente à condição de “afro”³⁴. Num primeiro momento, isto durante o período colonial, a autoidentificação como portugueses, europeus e brancos não colocava para alguns o dilema da *one drop rule*. E até os finais dos anos 1920, isso era ainda mais facilitado, pois havia

34 Cf. a esse respeito, Halter (1993) e Pilgrim (2015).

um estatuto que facilitava essa identificação, porque tinha um sistema migratório uniforme de todos os originários das então colônias portuguesas, de Portugal continental e dos arquipélagos adjacentes (Açores e Madeira). Mas a crise de 1929 e anos seguintes condicionou a ida de muitos cabo-verdianos, a partir do momento em que começaram a existir cotas. Para Portugal, a preocupação era dar cotas preferencialmente aos cidadãos dos Açores e da Madeira, menos aos de Cabo Verde, o que dificultou a ida de cabo-verdianos aos Estados Unidos. E é engraçado pois a partir dos anos 1980, se tem uma leva enorme de cabo-verdianos que migram de Santiago para os EUA, e de São Vicente, portanto fenotipicamente mais *pretos*, contrapondo-se aos migrantes mais antigos e originários majoritariamente das ilhas do Fogo e Brava, estes mais *brancos*. Eu me lembro de certa altura em que fiz um trabalho, aqui em Santiago, em uma comunidade do interior, eu introduzi por curiosidade a questão de como eles se identificavam do ponto de vista da cor e do cabelo. Essas eram as duas questões que eu queria observar. Eles ficavam espantados e com dificuldade em responder as questões, pois nunca tinham pensado nisso. É uma coisa curiosa, por isso que há um texto meu em que eu falava sobre “as marcas do silêncio”: é o não dito, o silenciado, o que tem o potencial de implodir o projeto das elites intelectuais dos anos 30 e que prossegue até a contemporaneidade, como o demonstram alguns estudos.

Andréa Lobo: Interessante isso, a primeira vez que eu lidei com essa questão foi ainda no Brasil antes de ir a Cabo Verde, como disse anteriormente. Na época, a universidade recebia muitos/as estudantes cabo-verdianos/as e de outros países dos PALOP. Eu tinha algumas amizades, sobretudo frequentava as excelentes festas e, já naquela altura, estava fazendo aulas de crioulo com duas colegas. Uma vez eu estava em frente ao restaurante universitário, eu e um grupo de cabo-verdianos e cabo-verdianas, e uma das moças foi encontrar com um rapaz que estava se aproximando e os rapazes cabo-verdianos falaram: “essas nossas adoram ficar com esses pretos!”. Eu lembro bem que na altura não entendi o que estava se passando, pois eu estava em meio a pessoas negras proferindo tal sentença. Só com o tempo que fui compreendendo melhor as fronteiras que se estabeleciam dentro daqueles grupos e como a categoria raça era acionada. Eu acho que foi a primeira vez que essa relação entre cabo-verdianidade e africanidade aparece em minhas interações. De alguma forma, ela conformava as tensões dentro da comunidade de estudantes africanos/as na UnB, talvez como um universo micro de uma questão que era maior. E tua vinda para o Brasil, redimensionou alguma dessas questões para você?

Cláudio Furtado: Todas. Você leu aquele texto meu que saiu na Revista de Antropologia da USP, “Um cabo-verdiano em terras brasileiras”? (Furtado, 2017). Lá é uma experiência pessoal interessante. Você imagina na USP nos anos 80, na minha turma, de negro, só tinha eu, uma moça da Guiné e uma brasileira, em uma turma de quase uma centena de alunos. Então você chega e tem a noção clara da diferença, e a diferença se acentua quando se abre a boca, com o sotaque. Então, a questão racial, que até então era uma questão não posta, passa a colocar-se cotidianamente. Inclusive com a complexa taxonomia da cor que para mim foi um aprendizado, mas, por vezes, você fica meio assustado. Eu lembro que já no segundo ano, entrei em um projeto de iniciação científica em que uma das questões incluídas no questionário era a identificação em termos de cor das pessoas. No trabalho de campo, eu me lembro até hoje, uma moça começou a dizer que se via como negra, e ficava revoltada, porque fenotipicamente ela era clara, mas ficava chocada quando as pessoas a chamavam de mulata, mas mulato em Cabo Verde é normal. Portanto, eu me lembro do texto do Gabriel Mariano (1959), “Do funco ao sobrado, ou o mundo que o mulato criou”, onde, de certa forma, se faz uma apologia do/a mulato/a cabo-verdiano/a como síntese positiva da presença dos portugueses nos trópicos. Então ela, a interlocutora brasileira com que falava, começou a fazer-me uma genealogia, ou uma arqueologia, da palavra *mulato/a*. Foi a primeira vez que eu parei para pensar, “mulato vem de mula, mula é um animal híbrido e ainda por cima estéril”, então ela externalizava uma certa raiva, um descontentamento, uma revolta. E foi aí que comecei a pensar as designações, que elas, as designações implicam, como criam realidades sociais, o que me levou a refletir um conjunto de coisas, até então naturalizadas. Refletir como as pessoas, determinadas pessoas, as que foram escravizadas, colonizadas, excluídas, negadas e silenciadas, vivem isso, vivenciam um sofrimento que é nítido, profundo, permanente. Então foi uma experiência que leva a tomar consciência daquilo que você é, torna visível que se é parte de um conjunto de coisas que às vezes nunca se parou antes para pensar. De certa forma, esse não parar para pensar assegura a eficácia da dominação. A questão da cor era uma delas, a outra era a nacionalidade. Porque, em um dado momento, você perde a nacionalidade. No Brasil eu deixei de ser cabo-verdiano, para ser africano, até porque a noção de ser cabo-verdiano era complicada para os meus interlocutores, muitos dos quais universitários, cujos conhecimentos da geografia mundial eram muito limitados. Até as pessoas descobrirem onde fica Cabo Verde, vai uma distância significativa. O mais próximo

que chegavam era perguntar se eu era mineiro porque existe uma cidade em Minas Gerais que se chama Cabo Verde, e até explicar tudo, às vezes eu desistia assumindo por comodidade a condição de africano. Então, por vezes, ser africano era mais cômodo, mas ao mesmo tempo se perde a sua identidade nacional para passar a ter uma identidade continental, e isso muitas vezes era incômodo. Outra coisa que também era incômoda, é que essa condição de negro/africano era uma maneira de reforçar essa questão racial no Brasil, porque muitas vezes os meus colegas, inclusive docentes, usavam isso como uma forma de dizer que você era menos que os negros brasileiros, uma forma de introduzir uma diferença lá dentro, e, sobretudo na USP numa altura em que era totalmente difícil ver negros inseridos na universidade como estudantes. Nos anos 80 era chocante, era claramente um pessoal de elite. Na minha turma, era um pessoal de classe média alta paulistana, então era bem complicado. Por outro lado, a vantagem de ser negro estrangeiro é que as vezes você tem acolhimentos interessantes, mas quando você compara com os negros brasileiros, você vê como a sociedade é complicada. Eu me lembro da minha primeira aula de antropologia: primeiro você via a clivagem entre os professores, pois havia os titulares, os catedráticos e os assistentes. Mas eles tinham uma certa simpatia com os estrangeiros. Naquela altura, de estrangeiros na minha turma, éramos dois, eu e a Nélida. Então era assim uma delícia, tínhamos tratamento *vip*, algumas dessas pessoas, que chamávamos de tutoras, nos tratavam a pão de ló. E a vantagem um pouco depois é que tínhamos o Centro de Estudos Africanos lá. Então se tinha uma escapatória. Também havia dois professores africanos, Kabengele Munanga e Carlos Henrique Moreira Serrano, então aí acabava por criar um espaço de refúgio, mas acho que até eu terminar a graduação, de negros brasileiros que eu vi, foram no máximo dois, não mais do que isso. Era um espaço branco por excelência, e da alta classe média paulistana... tinham uns que eram do interior de São Paulo, daquelas famílias de *quatrocentões*... era difícil.

Andréa Lobo: Cláudio, você mencionou uma coisa interessante nessa questão das experiências cruzadas. Primeiro foi uma consciência racial quando você veio para o Brasil (e que eu acho que tem tudo a ver com o que você elaborou sobre a dimensão racial na conformação do pensamento social em Cabo Verde). Mas também uma perda da nacionalidade, não é? E aí, não posso deixar de lembrar como essas foram questões importantes também na minha

experiência em Cabo Verde. Como que, no meu caso particular (e só posso falar a partir desse lugar), o fato de ser brasileira foi um fator determinante, inclusive para meu enquadramento racial. Vou tentar explicar. Minha experiência como pessoa de cor clara no Brasil me coloca em um lugar em que, até muito recentemente, a questão racial não se apresentava como uma questão (e acho que para a grande maioria ainda assim é). Na minha trajetória de vida, outros marcadores eram acionados, como, por exemplo, os regionais, pois minha família é do norte do país e migrou para o centro-sul no contexto da recém-construída nova capital (Brasília), na década de 1970. Filha mais nova de 5 filhos, com um pai que foi o primeiro de 16 filhos a ir para o “sul”, eu já nasci em Brasília, mas trazia em mim um sotaque nortista que, em minha infância, era marcador de diferença e que, em muitos momentos, me causava embaraço (para dizer o mínimo).

Mas o fato é que ser branca no Brasil é um lugar de privilégio do “não dito”, e, portanto, algo que foi redimensionado quando chego em Cabo Verde. Primeiro por motivos óbvios, como o de chegar em uma sociedade em que as desigualdades sociais não estavam necessariamente tão marcadas, tal como o são no Brasil, pela cor da pele. Como você mesmo acabou de dizer, essa não era uma questão para você, uma vez que estava na dimensão do “não posto”. E talvez isso tenha relação com o que eu disse antes, sobre as dificuldades em tratar analiticamente meus dados de pesquisa na Boa Vista a partir dos marcadores de raça e classe em uma sociedade em que tais marcadores não estavam na ordem de interesse de meus/minhas interlocutore/as (salvo no caso das mulheres que viviam na Itália), não estava no meu recorte de pesquisa e que, indo além, deveriam ser lidos por chaves diferentes das que eu tinha como referência.

Segundo, pela experiência pessoal de ter a minha identidade racializada quando sou chamada de “branca” pelas vendeiras de verdura nas ruas da capital ou pelas crianças no mercado da Sucupira ou em tantas outras situações cotidianas. Então, essa experiência de ser chamada de branca, no início dos anos 2000, para mim era também uma descoberta de uma condição, pois como disse, até pouco tempo em meu contexto social a minha condição de branca não era lida pela chave racial, não era um marcador relevante para minha identidade. Isso tem mudado recentemente graças ao enfrentamento da questão racial e do racismo, pelo menos em algumas camadas da sociedade brasileira.

Isso tudo me leva a pensar em como é importante não só refletir sobre nossos “lugares sociais” quando em situação de pesquisa, mas na importância de não estar presa nas minhas matrizes do que significa ser mulher,

branca e de classe média no Brasil, simplesmente transpondo essas leituras para Cabo Verde – pensar essas diferenças é fundamental, como você bem ressaltou na sua experiência em São Paulo, ainda como estudante.

Saidiya Hartman vai elaborar reflexões muito interessantes sobre essas releituras raciais que sofremos quando cruzamos fronteiras, no seu impactante livro *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão* (2021), no qual ela faz um relato de sua viagem à Gana. Ela, enquanto uma afro-americana em busca de si (em suas palavras “em busca de escavar uma ferida” (2021, p. 69) e da reconstrução das rotas da escravidão pelo Atlântico. O relato inicia já trazendo o incômodo diante de sua classificação como *obruni*, estrangeira, e a partir disso ela vai elaborando ao longo de sua narrativa os diferentes momentos em que sua identidade vai sendo relocada a partir desses encontros que apresentam leituras sobre si que incomodam, deslocam e, por vezes, decepcionam.

E tem mais um ponto interessante, que também está expresso na sua experiência, Cláudio. É que em Cabo Verde essa minha identidade é fortemente atravessada por um outro diferenciador, a nacionalidade, pois colocava minha branquitude em outro lugar, o de brasileira. E aí quando eu te escuto falar sobre a sua experiência em que essas duas dimensões estão também entremeadas, me parece muito instigante pensar nessas experiências cruzadas, né? Como no seu caso a nacionalidade vai se apagando e se transformando na visão brasileira sobre um “africano genérico” e como, no meu caso, a nacionalidade me colocava em uma categoria de “branca” quase que intermediária ao branco europeu, como se fosse um suavizador de algo que seria potencialmente negativo, me retirando da condição de uma “branca genérica”, muito associada ao mundo Europeu e/ou Norte-Americano.

A categoria étnica que era acionada por muitos/as dos/as meus/minhas amigos/as tinha e tem a ver com dois aspectos que perpassam a questão da cor e que, eu acho, se relacionam com a imagem do Brasil em Cabo Verde, a língua e o “jeito de ser”. Nas minhas experiências em sala de aula em Cabo Verde isso se expressa de forma interessante, pois o “brasileiro” falado por mim e o “jeito” que se expressa na forma como conduzo a relação com estudantes frequentemente me coloca em contraste com o “jeito português” – lido como mais formal, mais “distante”, mais hierárquico. Então, eu acho que o que opera aí nessa leitura de mim, a partir da minha condição racial, é a agregação de outros marcadores, sobretudo comportamentais (jeito de falar, jeito de se comportar, jeito de interagir), que é muito bem expresso por minhas interlocutoras

de pesquisa tanto na Boa Vista quanto em Santiago, quando me colocam nas categorias de “branca sem frescura” ou de “brasileira caboverdiana”. E recentemente ouvi uma nova, ao me apresentar para uma outra pessoa, uma amiga da Praia me apresentou como “brasioula”.

Cláudio Furtado: Sim, interessante. Essa condição aproxima; diferencia, mas aproxima. Define quem você é, mas em certa medida é menos separador, ainda que na minha impressão também haja um certo olhar estereotipado muitas vezes da condição de ser brasileiro. E a mediação, no caso cabo-verdiano, das telenovelas é que é uma coisa meio complicada nisso, é um fator que acaba por trabalhar a forma como as pessoas veem, de uma forma mais geral, o Brasil, construindo um imaginário com pouca ancoragem na realidade, mas que desemboca na visão do Brasil. Antigamente, me parece, que havia uma visão do Brasil, ao mesmo tempo, mais idílica, e como um objeto de desejo. De forma particular, as elites, nos anos 1930 e 1940, viam o Brasil como referente, queriam ser como o Brasil, como diz aquela música (São Vicente é um brasilin...). Então é aquilo que se quer ser, e aquele diálogo com o Brasil é forte, seja pela música, pela literatura e mesmo pelas ciências sociais, por vezes com algumas leituras meio trágicas, analiticamente falando, mas é interessante essa aproximação desde àquela altura, que com as novelas a partir dos anos 1980 e mais profundamente dos anos noventa e seguintes, muda, toma uma outra direção. Populariza o Brasil nesse sentido, mas ao mesmo tempo estereotipa o país, pelo menos em minha sensação, inclusive para as mulheres, que é o mais trágico dessa estereotipia, objetificando-as, de forma particular as afro-brasileiras.

Agora, voltando à minha experiência no Brasil, resta falar um pouco mais da experiência recente, na Bahia, em Salvador. A experiência de Salvador foi uma coisa completamente diversa da do Sudeste, de S. Paulo, no sentido de que em Salvador há uma expectativa social do africano que é mais intensa e, por isso, potencialmente mais incômoda e instigante para um africano. Esse fato resulta da vivência e experiência pessoal, mas também por conversas que pude manter com muitos africanos, residentes ou em trânsito. Primeiro se tem uma visão redutora do africano, no sentido de se tomar a totalidade e não seus aportes constitutivos. Com efeito, muitos veem os africanos, independentemente de sua nacionalidade ou pertença étnica. Isto é, pessoas oriundas do continente africano não são vistas ou denominadas pelo gentílico de seus pais, nomeadamente nigeriano, sudanês ou angolano. O que me parece ser

compreensível pela força no imaginário social brasileiro, mas historicamente ancorada, da presença africana na formação da diáspora africana no Brasil, designadamente na Bahia de originários do Golfo da Guiné, com múltiplas heranças africanas impregnadas nas religiões afro-brasileiras. Não raras vezes, existem expectativas e, eventualmente, cobranças do ser africano em termos de partilha de pautas comuns com as comunidades diaspóricas afro-brasileiras, o que não é um dado, mas antes um processo. Não se pode esquecer que grande parte dos africanos que chega ao Brasil não domina as injunções políticas, raciais, religiosas e outras enfrentadas pelos negros brasileiros. Dito de outro, não domina as pautas dos movimentos sociais da diáspora afro-brasileira. Uma outra coisa, um tanto ou quanto paradoxal, é que, em Salvador, um africano pode ser um concorrente potencialmente indesejado na justa medida em que pode significar a ocupação de espaços e, eventualmente, de protagonismos que poderiam pertencer a afro-brasileiros. Existem ou vivenciam-se sensações de cobrança que, em alguns casos, podem impactar a qualidade e profundidade do relacionamento entre os africanos e a diáspora afro-brasileira. Seria interessante realizar um estudo, caso exista não conheço, que analisa o tipo e a qualidade das relações entre os estudantes africanos e os brasileiros e afro-brasileiros nos *campi* da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) no Ceará e na Bahia.

Andréa Lobo: Pensando mais uma vez de forma cruzada, quando você fala de sua experiência como professor em Salvador, me vem à reflexão o fato de que estou já há alguns bons 20 anos vivendo, não permanentemente, em Cabo Verde, mas ainda assim, inserida no ambiente acadêmico. E esse contexto mudou de forma radical durante esse período, sobretudo com o advento da Uni-CV (Universidade de Cabo Verde). No que diz respeito às ciências sociais, temos um importante fortalecimento com as gerações mais jovens, com produção acadêmica de cientistas sociais cabo-verdianos/as sobre Cabo Verde. E a conformação desse campo também vai produzindo tensões, disputas e questionamento sobre o que se produz a partir de perspectivas de fora, de cientistas sociais estrangeiros etc. Mais uma vez, eu acho que a posição de brasileira é intermediária entre possíveis polos, mas ainda assim, acho que essa é uma questão que tem me estimulado a pensar.

Cláudio Furtado: Sim, acho que de certa forma entra-se em um processo de construção de um campo de produção científica autônomo, o que nessa dimensão é positivo. Agora, quando ela quer ou corre o risco de transformar-se num campo endogâmico, aí é ou pode ser perigoso. Na justa medida em que se limitam a oportunidade de diálogos, de pontes e as possibilidades de crescimentos. Esse é o perigo, criando-se, de certa forma, aquilo que eu chamaria de xenofobia intelectual que, como todas as xenofobias, são perigosas³⁵. Então esse é o lado complicado, sobretudo quando você não tem consciência dos seus limites, porque ainda está em um processo de aprendizagem. Acho que isso é particularmente complicado entre nós em Cabo Verde, pois penso que ainda não há, de forma suficiente e madura, essa consciência de que ainda estamos em um processo inicial de construção de um campo científico e acadêmico autônomo. Mas, quando você assume como se já existisse, cortam-se todas as possibilidades de crescimento e de uma autonomia que seja efetivamente portadora de potencialidades de produção de algo extremamente interessante. Então, acho que é o grande risco que se tem nesse momento, e esse é meu medo, para ser sincero. O risco é a conexão que se possa eventualmente fazer e o grau de contaminação, a médio e longo prazo. Esse é o meu grande receio.

Referências

ANJOS, José Carlos dos. Cabo Verde e a importação do ideograma brasileiro da mestiçagem. *Horizontes Antropológicos*, v. 6, p. 177-204, 2000.

ANJOS, José Carlos dos. O tribunal dos tribunais: onde se julgam aqueles que julgam raças. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, p. 232-236, 2005.

BARROS, Crisanto Avelino Sanches. Gênese e formação das elites político-administrativas cabo-verdianas: 1975-2008. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociais) – Universidade de Cabo Verde/Université Catholique de Louvain la-Neuve, Praia/Louvain-La-Neuve, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

35 Explicitando melhor: a endogamia tende a fazer com que o campo científico ou de conhecimento se autoenclosure, impedindo diálogos com outros campos de científico. Pode, ainda, levar a uma deriva de autoreferenciação e autossuficiência, rejeitando outras possibilidades explicativas. Isso hiperbolicamente constituiria a “xenofobia intelectual”.

- BRAZ DIAS, Juliana; THOMAZ, Omar Ribeiro; TRAJANO FILHO, Wilson; SILVA, Kelly Brazilian anthropologists in Africa: remarks on theory, politics and fieldwork overseas. *Vibrant*, n. 5, p. 277-303, 2008.
- CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria: breve análise da estrutura social da Guiné e de Cabo Verde – fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação à estrutura social: Portugal é imperialista? Portugal: Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do Comité Central do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*, 1984.
- CARDOSO, Carla Santos de Carvalho. *Fornadjeiras da Ribeira de Principal: poder, resistência e identidade feminina no espaço de produção*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.
- CARDOSO, Carla Santos de Carvalho. Mulheres na “fornadja”: tecendo caminhos (im)possíveis para a emigração. *Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 973-981, 2016.
- CESARINO, Leticia. Anthropology and the South-South Encounter: on “Culture” in Brazil-Africa Relations. *American Anthropologist*, v. 119, n. 2, p. 333-334, 2017.
- CORREIA E SILVA, António Leão. O nascimento do Leviatã Crioulo: esboços de uma Sociologia Política. *Caderno de Estudos Africanos*, v. 1, n. 1, p. 53-68, 2001.
- FURTADO, Cláudio. A desconstrução de Cabo Verde como um brasilin: um cabo-verdiano em terras brasileiras. *Revista de Antropologia*, v. 60, n. 3, p. 45-64, 2017.
- FURTADO, Cláudio. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. *Afro-Ásia*, n. 45, p. 143-171, 2012.
- FURTADO, Cláudio. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago de Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- HALTER, Marilyn. *Between race and ethnicity: Cape Verdean American immigrants, 1860-1965*. Urbana; Chicago: University of Illinois, 1993.
- HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2021.
- LOBO, Andréa. *Seca, chuva e luta: reconstruindo a paisagem em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- LOBO, Andréa. *Tão longe e tão perto: famílias e “movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. E-book. Brasília: ABA Publicações, 2014.
- LOBO, Andréa; VEIGA, Maria Anilda. “Posso te esperar por toda a minha vida”: mulheres e dinâmicas migratórias em Cabo Verde. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 6, n. 6, p. 212-237, 2021.
- MARIANO Gabriel. Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou. *Colóquios cabo-verdianos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959. p. 25-49. (Coleção Estudos de Ciências Políticas e Sociais).

- MARQUES, Diego; JARDIM, Marta. O que é isto: “a África e sua História?””. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 31-61.
- MONTEIRO, Felix. Bandeira da Ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se. *Clareza*, Mindelo, n. 8, p. 9-22, 1958.
- MORAIS, Sara S. Fluxos, viagens, espaço: palavras-chave na busca de um termo além migração. In: LOBO, Andréa. *Entre fluxos*. Brasília: Editora da UnB, 2012. p.
- MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- MOUTINHO, Laura; FILHO, Wilson Trajano; LOBO, Andréa. Algumas reflexões. *Revista de Antropologia*, v. 60, n. 3, p. 7-25, 2017.
- MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio Luis. Raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais. *Cadernos Pagu*, v. 35, p. 1-26, 2010.
- MKANDAWIRE, Tandika. *African intellectuals: rethinking politics, language, gender and development (Africa in the New Millennium)*. Dakar: CODESRIA, 2005.
- PILGRIM, Aminah. “Free men name themselves”: U.S. Cape Verdeans & black identity politics in the Era of Revolutions, 1955-75. *Journal of Cape Verdean Studies*, v. 1, n. 1, p. 101- 120, 2015.
- SIGRIST, Christian. Aux marches de l’Afrique. *Afrique Asie*, n. 286, p. 51-53, 1983.
- SILVA, Kelly; MORAIS, Sara S. Tendências e tensões de sociabilidades de estudantes dos PALOP em duas universidades brasileiras. *Pro-Posições*, v. 23, p. 163-182, 2012.
- TRAJANO FILHO, Wilson. *Polymorphic Creole-dom: the “Creole” society of Guinea-Bissau*. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1998.
- TRAJANO FILHO, Wilson. A crioulação na Guiné-Bissau: um caso singular. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 27, p. 57-102, 2005.
- TRAJANO FILHO, Wilson. A África e o Movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos. In: BRAZ DIAS, Juliana; LOBO, Andréa (Orgs.). *África em movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 23-45.
- VIEIRA, Miriam. Trânsitos do Sul: notas sobre os estudos de gênero em Cabo Verde e a cooperação acadêmica com universidades brasileiras. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 6, n. 6, p. 173-196, 2021.